

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	___/___/___
Cod.	4508

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Biodiversidade Florestas**

Projeto UTF/BRA/047 - Objetivo Imediato 3

*Recomposição da Vegetação Nativa de Mata Atlântica no Entorno do Monte Pascoal.*

**Apresentação sintética do Projeto**

Jean-François Timmers

Consultor

31/07/03

**1. Antecedentes**

O Parque Nacional de Monte Pascoal foi criado em 1961 sob terras tradicionalmente ocupadas pelos índios Pataxó. Desde então, um conflito vem se arrastando entre os gestores da unidade (IBDF e depois IBAMA) e as populações indígenas Pataxó da região, que culminou em agosto de 1999 na retomada do parque e expulsão do IBAMA pelos índios.

Desde então, os Pataxó das aldeias do entorno do Monte sempre colocaram o seguinte: *"o Monte Pascoal sempre foi nosso. Queremos preservá-lo e mostrar ao Brasil e ao Mundo que somos capazes de assumir este compromisso. Precisamos de apoio para isso e de alternativas econômicas nos permitindo sair da miséria sem agredir o meio ambiente"*.

No entanto, este compromisso representa um tremendo desafio. A situação socioeconômica da maioria das cerca de 5.500 pessoas vivendo em dez aldeias no entorno do parque é de profunda miséria.

Dependentes do comércio de artesanato com madeira de lei para sobreviver, os Pataxó extraem e vendem grandes quantidades de produto semi-acabado por preços absurdamente baixos, para atravessadores, na maioria brancos, abastecendo um lucrativo comércio que se ramifica até o exterior. Os Pataxó dependem dos atravessadores para viver e estão pressionados em produzir quantidades cada vez maiores de peças, por preços sempre menores. Chegam a trocar gamelas por mantimento. Este comércio virou indústria e está hoje envolvendo centenas de pessoas da região, na sua maioria não índias, e afetando todos os remanescentes de Mata Atlântica da região e não apenas o Monte Pascoal.

Uma solução pragmática foi formalizada pelos próprios índios e tem duas frentes: 1. implementar uma co-gestão do Parque Nacional com os Pataxó, dando-lhes condições financeiras e técnicas de assumir a proteção e exploração turística do parque e 2. implantar projetos nas aldeias visando melhorar as condições de vida da população, fomentar a segurança alimentar e reduzir drasticamente o seu uso predatório dos recursos naturais.

Neste contexto, o MMA elaborou, com a participação dos Pataxó, um projeto delineando ações visando melhorar as condições de vida da população, fomentar a segurança alimentar e reduzir drasticamente o seu uso predatório dos recursos naturais, iniciando um processo de recuperação de áreas degradadas em locais estratégicos do Parque e das aldeias.

No 28 de fevereiro de 2002 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, o IBAMA e a FUNAI dando respaldo legal ao Projeto<sup>1</sup>.

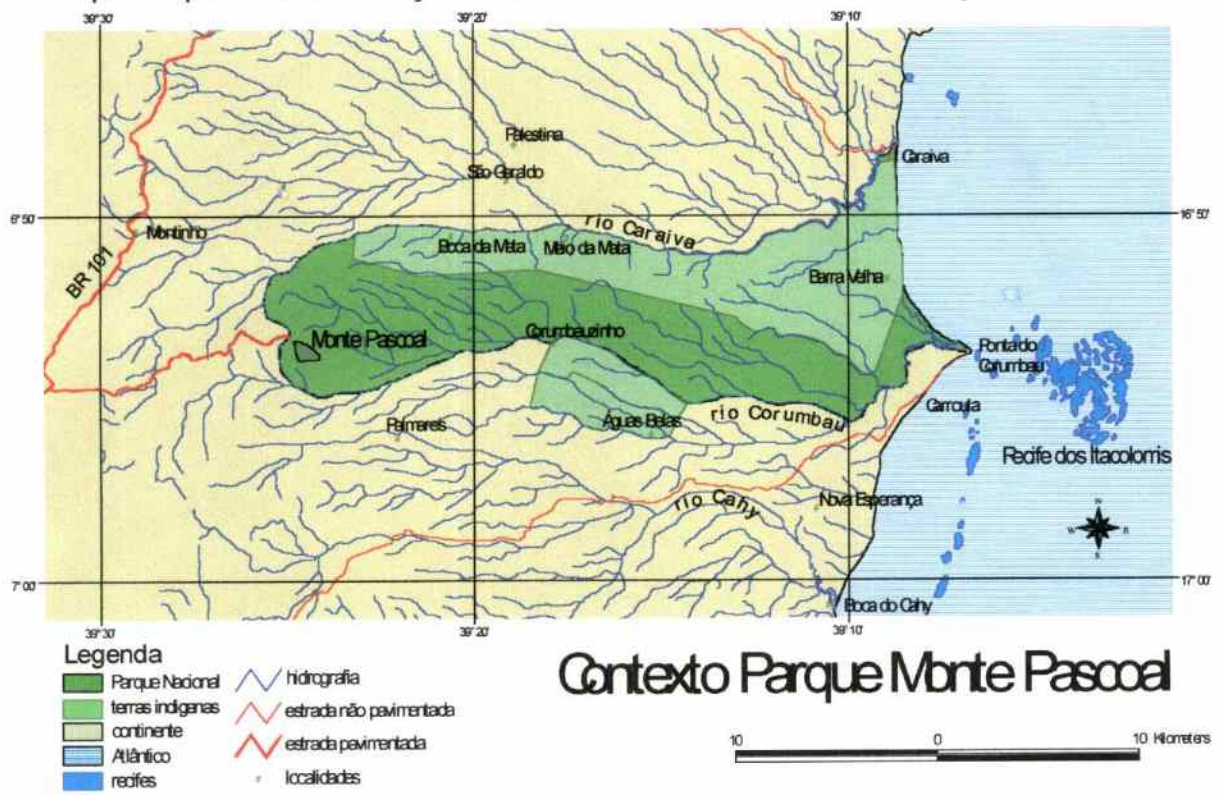
O projeto UTF 047 – Subprojeto 03 contempla o resgate e a valorização de um artesanato mais autêntico, usando material não madeireiro de forma sustentável. Outro dos seus objetivos prioritários é difundir e implementar uma agricultura nas aldeias Pataxó do entorno do parque, promovendo a recuperação progressiva de cobertura florestal das aldeias, a recuperação dos solos e o resgate de formas mais tradicionais e autônomas de praticar a agricultura nas áreas.

Neste contexto foi implementada, de Abril até Junho de 2003, uma primeira rodada de plantios alimentares emergenciais. O MMA resolveu atender a esta demanda, ciente de que não se poderia implementar estratégias de sustentabilidade de meio e longo prazos, desconsiderando necessidades imediatas.

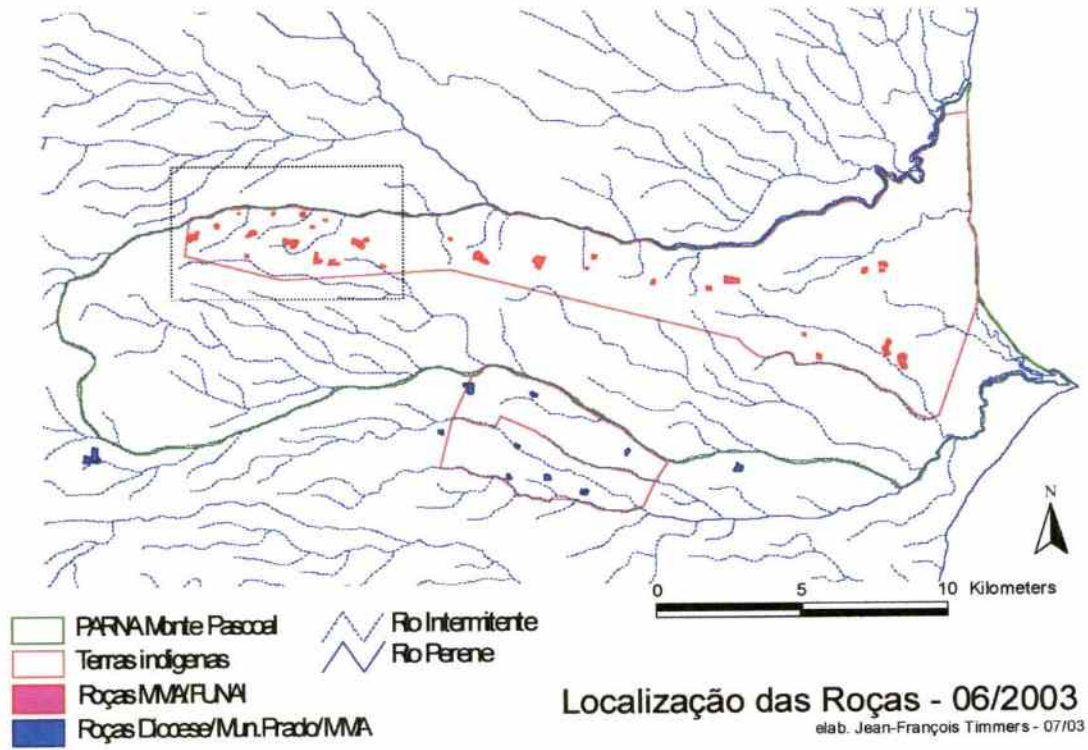
Foram abertas 49 roças em 7 aldeias no entorno imediato do Parque Nacional, somando em tudo 139,3 hectares. Foram atendidas aproximadamente 420 famílias, das 707 vivendo no entorno imediato do Parque.

Nas roças plantou-se feijão carioca, milho e mudas de mandioca. A primeira safra de feijão e milho está prevista para o mês de Agosto. Pode ter sofrido algum impacto da estiagem fora de época dos meses de Junho e Julho.

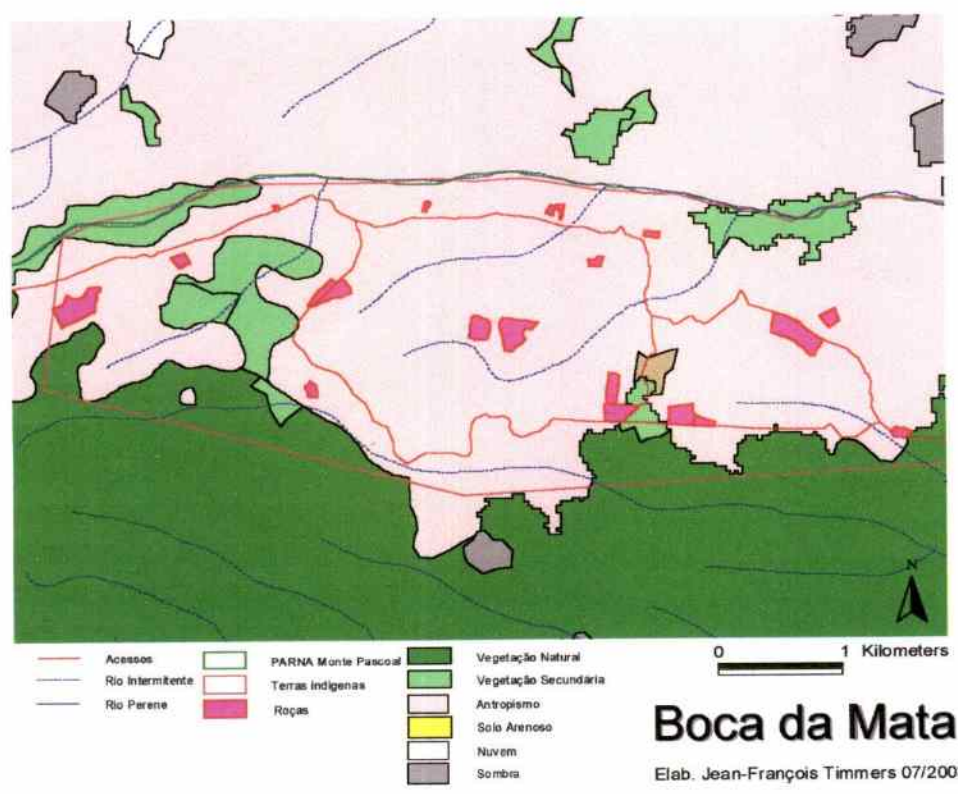
Vinte e seis agentes ambientais multiplicadores das comunidades foram selecionados e estão atuando nas aldeias. Eles estão se reunindo com grupos de famílias, tratando dos diversos temas ligados ao Projeto. Estão também acompanhando as roças, servindo de elo para repasse de informações e demandas entre as aldeias e o Projeto.



<sup>1</sup> processo 08620.001411/2001, publicado no Diário Oficial da União nº 47, 11/03/2002



**Localização das Roças - 06/2003**  
 elab. Jean-François Timmers - 07/03



**Boca da Mata**  
 Elab. Jean-François Timmers 07/2003

## **2. Continuidade: 2ª rodada de plantios emergenciais**

Está previsto iniciar uma segunda rodada de abertura de roças, para atender prioritariamente as famílias não atendidas na 1ª rodada, aproveitando a segunda estação de plantios, conforme calendário socioeconômico (em anexo).

A área média plantada por família, na primeira rodada foi de aproximadamente 0,33 ha, ou 0,76 tarefas. Avalia-se, a partir de observações nas aldeias, que cada família precisaria plantar no mínimo 2 tarefas por ano, para assegurar a sua segurança alimentar.

Foi então levantada e quantificada a demanda para esta 2ª rodada, prevista para Agosto e Setembro, de forma a ampliar a área aberta para aproximadamente 310 ha. - 710 tarefas – e atender a maioria das famílias das aldeias com pelo menos uma tarefa por família.

Ainda não é o suficiente, porém calculamos que 170 hectare na 2ª rodada é o máximo que pode ser aberto em tempo útil para aproveitar a época de plantio. A área disponível para plantios deverá ser progressivamente incrementada nas próximas fases do Projeto.

É bom lembrar que o sapé e a degradação dos solos inviabilizam a abertura de roças com métodos manuais, na escala e com eficiência necessárias para vencer a fome crônica que reina no local.

O uso de tratores permite vencer a barreira física do sapé em áreas extensas. Também, o uso de adubos químicos e calcário permite reverter a curto prazo o quadro de empobrecimento e de acidez de solos degradados e garantir uma safra suficiente.

No entanto, está sendo planejada a transição entre este método, eficaz porém ineficiente dos pontos de vista socioambiental e econômico a longo prazo, com uma agricultura ecologicamente e economicamente mais sustentável e adequada ao entorno de uma área protegida.

São previstas oficinas participativas para desenho de sistemas de produção agroecológicos e definição de estratégias de implantação para cada agroecossistema. Em cada local, será levantado com os produtores os recursos disponíveis e avaliado seu uso potencial.

Experiências agroecológicas serão testadas pontualmente nas roças já abertas na primeira rodada, prevenindo a volta do sapé e permitindo a diminuição progressiva do uso de insumos químicos.

Logo após a segunda rodada, viveiros e hortas demonstrativas são planejadas em cada aldeia, envolvendo os colégios, para fomentar e difundir esta transição para sistemas agroecológicos, propiciando mais autonomia local na produção de alimentos.

O trabalho dos agentes ambientais multiplicadores deve ser reforçado por atividades de capacitação e devido acompanhamento técnico. Identificamos como prioritária a sua capacitação em agroecologia, para incrementar a eficiência do acompanhamento das roças e da transição de modelo de agricultura. Observamos que a questão agrícola é um tema muito eficiente e concreto de se abordar a questão ambiental em geral nas aldeias.

## **3. Estratégia de meio e longo prazo.**

A implementação de agricultura sustentável é um processo complexo e demorado, que exige reflexão e discussões estratégicas focalizadas em cada local. Para convencer produtores rurais em adotar práticas agrícolas radicalmente novas, é imprescindível

que eles assumam o processo desde o início, de forma a estabelecer, com os recursos disponíveis e as características locais, a *sua* estratégia de produção de meio e longo prazo, garantindo independência de insumos e recursos externos, diversificação e continuidade de fontes de alimentos, produtos e renda.

A área atual das aldeias no entorno do Monte soma mais de 10.000 hectares, com mais de 90% de áreas degradadas (campos de sapé e samambaias). As áreas invadidas por sapé são dificilmente trabalhadas manualmente, pelo sapé ser uma gramínea muito agressiva, com potencial de renovação da massa foliar muito rápida e sistema radicular forte e intrincado, criando resistência ao trabalho com enxada.

Em meio prazo, estamos estudando a seguinte estratégia: aproveitar a abertura das roças alimentares, usando tratores e insumos agrícolas, para romper a barreira física imposta pelo sapé e o esgotamento dos solos e assim abrir novas frentes de áreas de cultivos nas aldeias. Desta forma, cria-se condições necessárias mínimas para iniciar sistemas de produção mais sustentáveis.

Assim, a cada rodada de plantios emergenciais, as áreas ocupadas pelo sapé são progressivamente reintroduzidas nos sistemas de produção, considerando a necessidade de se garantir a curto prazo quantidades suficientes de alimentos e renda para a população indígena e com isso estabelecer uma estratégia mais duradoura de produção sustentável.

Nas aldeias próximas ao mar e em locais ainda dominados por florestas nativas, propõe-se perenizar as poucas áreas agricultáveis pela recuperação constante dos solos. Em locais com extensas áreas degradadas, a estratégia seria abrir frentes amplas de recuperação ambiental, estabelecendo sistemas perenes de produção (sistemas agroflorestais).

Isso não implica apenas a abertura e plantio de roças, mas sim em ativar cadeias produtivas completas na agricultura e no agro-extratativismo no entorno do Parque, para propiciar segurança alimentar e fonte monetária de renda suficiente para que o artesanato com madeira de lei possa ser definitivamente abandonado.

Esta fonte alternativa de renda deve ser plural e diversificada: artesanato, extrativismo, turismo, produção de mudas e agroecologia, todas complementares e compatíveis com o respeito dos ecossistemas do Parque e a recuperação de áreas degradadas no entorno, conforme vontade expressa dos Pataxó.

A construção de renda sustentável, o envolvimento ativa da população na proteção do parque e a saída da total dependência de atravessadores de artesanato e do governo, estimulam a auto-estima, resgatam a cidadania e fortalecem a cultura indígena, sensibilizando a maioria sobre a interdependência entre seu bem estar e a conservação e recuperação dos ecossistemas do Parque e do entorno, numa visão sistêmica e integrada.

Anexo

Calendário fenológico e socioeconômico

ATIVIDADE / MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AGRICULTURA - GERAL												
ABERTURA DE ROÇAS												
MANDIOCA - PLANTIO												
MILHO - SEMEADURA												
MILHO - COLHEITA												
FEIJÃO E AMENDOIM - SEMEADURA												
FEIJÃO E AMENDOIM - COLHEITA												
PLANT CANA, COQUEIRO, BANANEIRA												
CACAU (PLANTIO)												
CACAU (COLHEITA)												
TURISMO												
ARTESANATO/DETALHE												
ARTESANATO/ATRAVESSADORES												
PESCA (RIO E LITORAL)												
CAÇA												

Milho: escura de julho

Feijão e amendoim: escuras de abril e maio

Bananeira: lua nova até cheia

Mandioca: lua nova até cheia

Coqueiro: lua nova até a quarta

Cana: depois da cheia, 4 dias

Caça: de maio até setembro tem mais frutas no mato e é mais fácil pegar a caça. Fora deste tempo, estão se reproduzindo e mais escondidos.

Pesca: entre set e março, tem mais peixe de mais espécies diferentes